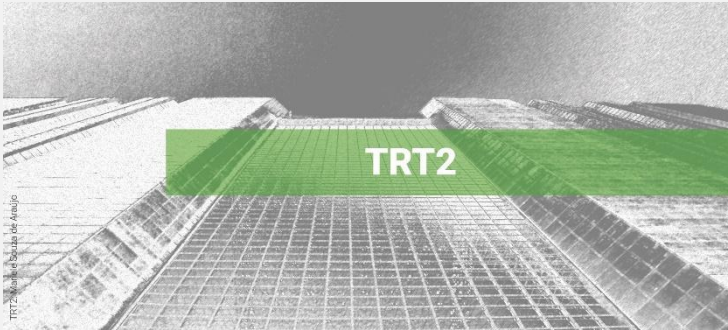


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 12

Período: 23 a 27 mar. 2026



Edital de ciência de eliminação de documentos administrativos n. 1, de 3 de março de 2026 (Republicação)

Comunica a eliminação de documentos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 9/GP, de 20 de março de 2026

Dispõe sobre a reorganização do Laboratório de Inovação, de Inteligência Artificial e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região (LIODS TRT-2), que passa a denominar-se Laboratório Artesãos da Inovação, e dá outras providências.

Ato n. 10/GP, de 20 de março de 2026

Altera o Ato n. 9/GP, de 23 de março de 2015, que institui a Política para descarte seguro de mídias de armazenamento de dados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 11/GP, de 20 de março de 2026

Altera o Ato n. 52/GP, de 25 de setembro de 2024, para modificar a composição da Equipe de Apoio aos Jogos Olímpicos do Judiciário Federal, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Edital de concurso de remoção n. 1, de 20 de março de 2026. Proad n. 12132/2026

Comunica a abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira n. 2 da 16ª Turma e da cadeira n. 9 na Seção Especializada em Dissídios Individuais 4 - SDI-4, vagas em decorrência da aposentadoria da Exma. Sra. Desembargadora Dâmia Avoli.

Portaria n. 7/GP.CR, de 20 de março de 2026

Determina a suspensão das atividades presenciais, incluindo expediente, atendimento ao público e audiências no Fórum Trabalhista da Zona Sul, na forma que especifica.

Portaria n. 16/DGA, de 23 de março de 2026

Altera a portaria de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 17/DGA, de 23 de março de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 18/DGA, de 25 de março de 2026

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

STF

Resolução n. 902/STF, de 20 de março de 2026

Altera a Resolução n. 822/STF, de 22 de fevereiro de 2024, que regulamenta a autorização para afastamento para estudo ou missão no exterior no âmbito do Poder Judiciário da União.

Tribunal Superior do Trabalho

Ato n. 1/GCGJ, de 25 de março de 2026

Divulga nova versão das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos, com acréscimos da Justiça do Trabalho.

Ato n. 158/TST.GP, de 26 de março de 2026

Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas processuais e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.

Conselho Nacional de Justiça

Instrução Normativa n. 112/CNJ, de 12 de março de 2026

Dispõe sobre a gestão das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas do Conselho Nacional de Justiça.

Instrução Normativa n. 113/CNJ, de 23 de março de 2026

Disciplina a estrutura de governança colaborativa das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP) do Conselho Nacional de Justiça e altera a Instrução Normativa n. 107/CNJ, de 11 de julho de 2025, que dispõe sobre a instituição de colegiados no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Recomendação n. 168/CNJ, de 23 de março de 2026

Institui o Estatuto da Magistratura Brasileira Interamericana e altera a Recomendação n. 123/CNJ, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Resolução n. 673/CNJ, de 23 de março de 2026

Altera a Resolução n. 595/CNJ, de 21 de novembro de 2024, para prorrogar o prazo para obrigatoriedade do uso do instrumento de avaliação biopsicossocial e definir responsabilidades pelo uso dos dados previdenciários.

Ministério da Fazenda

Portaria n. 666/RFB, de 23 de março de 2026

Altera a Portaria n. 409/RFB, de 12 de abril de 2024, que disciplina a concessão de adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas a que se refere o inciso IV do art. 61, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Ministério da Previdência Social

Portaria Conjunta n. 13/MPS.INSS, de 23 de março de 2026

Disciplina a execução do exame médico-pericial por meio de análise documental para o benefício de auxílio por incapacidade temporária, conforme estabelecido no art. 60, § 11-A, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Portaria Conjunta n. 14/MPS.INSS, de 23 de março de 2026

Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental.

Portaria Conjunta n. 15/MPS.INSS, de 23 de março de 2026

Disciplina a análise documental nos requerimentos do benefício de auxílio-acidente, previsto no art. 86 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Instrução Normativa n. 202/PRES.INSS, de 25 de março de 2026

Altera a Instrução Normativa n. 186/PRES.INSS, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.

Presidência da República

Resolução n. 9/CIM.CC.PR, de 23 de março de 2026

Aprova o Plano Clima Adaptação e Mitigação e autoriza a submissão do Plano Clima Adaptação à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima como Plano Nacional de Adaptação do Brasil (PNA).

CSJT

Resolução n. 429/CSJT, de 6 de março de 2026

Altera a Resolução n. 364/CSJT, de 29 de setembro de 2023, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Resolução n. 430/CSJT, de 6 de março de 2026

Altera a Resolução n. 422/CSJT, de 22 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, para prever a criação da Revista do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no âmbito da Justiça do Trabalho.

Resolução n. 431/CSJT, de 6 de março de 2026

Regulamenta a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho em concursos, editais de premiação e iniciativas de reconhecimento de ações e projetos no âmbito da Justiça do Trabalho, e dispõe sobre critérios de habilitação e inabilitação.

Resolução n. 432/CSJT, de 6 de março de 2026

Altera a Resolução n. 133/CSJT, de 6 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, e Resolução n. 315/CSJT, de 26 de novembro de 2021, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, as Resoluções n. 291/CNJ, de 23 de agosto de 2019; n. 344/CNJ, de 9 de setembro de 2020; n. 379/CNJ, de 15 de março de 2021; n. 380/CNJ, de 16 de março de 2021; n. 383/CNJ, de 25 de março de 2021; e consolida as disposições relativas às Resoluções n. 108/CSJT, de 29 de junho de 2012; n. 175/CSJT, de 21 de outubro de 2016; e n. 203/CSJT, de 25 de agosto de 2017, para possibilitar aos(as) servidores(as) com deficiência a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional.

Resolução n. 433/CSJT, de 6 de março de 2026

Altera a Resolução n. 155/CSJT, de 23 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Resolução n. 434/CSJT, de 6 de março de 2026

Institui a Política de Backup no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Resolução n. 435/CSJT, de 6 de março de 2026

Dispõe sobre a adesão da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Ato Conjunto n. 19/TST.CSJT.GP.SG, de 20 de março de 2026

Institui o Programa de Precatórios da Justiça do Trabalho e o Grupo de Trabalho Nacional Negocial no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (gtnPrec).

Conselho Federal de Enfermagem

Resolução n. 805/COFEN, de 24 de março de 2026

Estabelece diretrizes para a atuação dos Profissionais de Enfermagem no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas que disponibilizem assistência à saúde, definindo competências, atribuições e responsabilidades dos profissionais de Enfermagem.

Poder Legislativo

Lei n. 15.358, de 24 de março de 2026

Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis n.s 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis n.s 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Lei n. 15.363, de 26 de março de 2026

Altera o art. 45-A da Lei n. 8.212 e o art. 96 da Lei n. 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal